



**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DOS TRADUTORES
INTÉRPRETES DE LIBRAS EM SALA DE AULA REGULAR: UM
ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO
BERNARDO - MA**

Maria da Conceição Gomes da Silva (UEMA)
mcgomesilva@hotmail.com

Rayron Lennon Costa Sousa (UFMA/UFPI)
rayronsousa@hotmail.com

RESUMO: A área de Libras tem diversas peculiaridades desconhecidas por grande parte da população, isso devido a sua recente “legalização”. A partir da necessidade de se discutir os lugares ocupados pelos profissionais da Libras, surgiu esta pesquisa a fim de (re)pensar o lugar do tradutor-intérprete na sala de aula. Para viabilizá-la, optou-se por uma pesquisa aplicada, utilizando como método a análise-explicativa, tendo como corpus de análise os tradutores-intérpretes – TILS, e lócus de investigação os contextos do município de São Bernardo - MA. Como aporte teórico utilizamos as discussões de Brasil (2002; 2015), Quadros (2004), Montoan (2003), Dechichi e Silva (2008) entre outros. Intentou-se evidenciar os desafios e possibilidades dos TILS no contexto de atuação escolar a fim de compreender as especificidades, bem como contribuir para a inclusão cada vez mais significativa de alunos surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Tradutor-Intérprete. Libras. Escola. São Bernardo - MA.

RESUMEN: El área de Libras tiene diversas peculiaridades desconocidas por gran parte de la población, debido a su reciente "legalización". A partir de la necesidad de discutir los lugares ocupados por los profesionales de la Libras, surgió esta investigación a fin de (re) pensar el lugar del traductor-intérprete en el aula. Para viabilizarla, se optó por una investigación aplicada, utilizando como método el análisis-explicativo, teniendo como corpus de análisis a los traductores-intérpretes - TILS, y locus de investigación los contextos del municipio de São Bernardo - MA. Como aporte teórico utilizamos las discusiones de Brasil (2002; 2015), Cuadros (2004), Montoan (2003), Dechichi e Silva (2008) entre otros. Se intentó evidenciar los desafíos y posibilidades de los TILS en el contexto de actuación escolar a fin de comprender las especificidades, así como contribuir a la inclusión cada vez más significativa de alumnos sordos.

PALABRAS CLAVE: Traductor-Intérprete. Libras. Escuela. San Bernardo - MA.

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais, denominada Libras, foi reconhecida legalmente a partir da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, fato esse marcante na história da educação de surdos no Brasil, uma vez que assegurou publicamente que todos tivessem



acesso aos bens culturais a partir de sua língua materna, no caso dos surdos, através da língua de Sinais.

A partir do reconhecimento da Libras muitas diretrizes fizeram-se necessárias para que sua efetivação realmente acontecesse, grande parte atrelada às instituições de ensino, no tocante à divulgação e disseminação a todos. Nesse sentido, a Libras tem diversas peculiaridades desconhecidas por grande parte da população, isso devido a sua recente “legalização”, mas que ao passo que vai sendo disseminada vai de encontro com outras políticas públicas e textos de lei que já tratavam do Atendimento Educacional Especializado – AEE, como bem descreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96).

Com a falta de efetivação da Lei 10.436/02, houve a necessidade de legislar sobre tal efetivação, momento em que se legislou também sobre os profissionais que nela atuam, regulamentando essas profissões e definindo seus respectivos perfis, que, conseqüentemente, gerou o Decreto de lei nº 5.626/2005.

Nesta acepção, a partir da necessidade de se discutir os lugares ocupados pelos profissionais da Libras, surgiu esta pesquisa a fim de (re)pensar o lugar do tradutor-intérprete na sala de aula. Para viabilizá-la, optou-se por uma pesquisa aplicada, utilizando como método a análise- explicativa, tendo como corpus de análise os tradutores-intérpretes – TILS, e lócus de investigação os contextos do município de São Bernardo-MA. Como aporte teórico utilizamos as discussões de Brasil (2002; 2015), Quadros (2004), Montoan (2003), Dechichi e Silva (2008) entre outros.

A partir do entrelaçamento teórico e da análise dos dados, intentou-se evidenciar os desafios e possibilidades dos TILS no contexto de atuação escolar a fim de compreender as especificidades, bem como contribuir para a inclusão cada vez mais significativa de alunos surdos.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: os desafios da contemporaneidade

A Educação Especial e Inclusão Escolar há décadas vem sendo discutida e ganhando mais espaço no campo escolar, muito tem se falado sobre a educação especial, mas ainda há muitos questionamentos sobre esse processo de ensino e como de fato trabalhar para atender esse público com necessidades específicas. A partir dessa necessidade, Dechichi e Silva (2008,

p. 20) afirmam que:

A educação especial provocou/desencadeou uma inovação invisível para toda a educação básica. A reforma educativa pressupõe o reconhecimento do direito de todas as pessoas, com ou sem necessidades especiais, de passarem a ter acesso á escolaridade, sempre que possível, com práticas educativas integradoras.

A partir do exposto pelos autores, para que isso aconteça é necessário que haja mudanças nas praticas pedagógicas, metodológicas, curriculares, nos recursos e materiais para que se possa trabalhar a inclusão, incluindo as formações dos professores. Nesse sentido, “[...] todos os níveis de cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas á diferenças [...]” (MANTOAN, 2003, p.25).

As discussões de Montoan direcionam-nos para uma reflexão necessária quanto à reestruturação dos currículos, objetivando estabelecer uma relação direta entre necessidades presentes na sala de aula e habilidades e competências do professor, para atender esses alunos em suas respectivas especificidades, levando em consideração que a educação básica deve de adequar a esses alunos e não o inverso, o que gera, conseqüentemente, um ensino com equidade para todos.

Nesse contexto, a Educação Especial foi dividida em quatro fases: exclusão, segregação ou separação, integração e inclusão, fases essas, importantes para chegarmos à discussão da inclusão escolar. O autor discorre que:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere ás praticas sociais. Ela começou praticando **a exclusão social** de pessoas que - por causa das condições atípicas- não lhe pareciam



pertencer á maioria da população. Em seguida, desenvolveu o **atendimento segregado** dentro de instituições, passou para a pratica **de integração social** e recentemente adotou a filosofia **da inclusão social** para modificar os sistemas gerais. (SASSAKI, apud HORT e HORT, 2009, p.12).

Essas fases, segundo os autores, foram importantes para chegarmos às discussões de hoje, da qual poderíamos chamar de avanço, iniciando pela implantação da Lei nº 9.394/94, ao enfatizar que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Visando incluir os alunos nas salas de aula regular e que as escolas devem está se adequando a eles. A inclusão escolar não se refere só ao espaço físico, mas se expande a todo corpo docente, não só àqueles da educação especial que na maioria das vezes já são especialistas em educação especial, inclusive os professores do ensino regular, que devem compreender que a constituição das salas aula é cheia de diversidades, entre essas, alunos com necessidades específicas, que devem ser inseridos e assistidos, efetivamente.

Nestes contextos, ainda há muito equívoco ao se falar em “inclusão”, pois na maioria das vezes o que de fato acontece é a “integração”, ou seja, a inserção desses alunos nas escolas comuns do ensino regular, ou até mesmo o agrupamento nas escolas ou classes especiais (MATOAN, 2003). É claro que não é fácil um novo sistema como é a inclusão escolar, sabemos que demanda tempo e adaptações para atender esses alunos, não sendo de um dia para o outro que a escola estará totalmente preparada para lidar com situações que precisam de olhares específicos.

Para atender as especificidades da escola, demandaremos de tempo, pois esses espaços escolares não estão adaptadas para receber esses alunos com “necessidades especiais ou deficiência”, além do tempo é necessário preparo para lidar com algo novo que é a “inclusão”. É como se o espaço escolar fosse de repente invadido e todos os seus domínios fossem tomados de assalto. A escola se sente ameaçada por tudo que ela

mesma criou para se proteger.

Na maioria das vezes o professor e escolar não sabe lidar com essas situações diversas, pois a inclusão só é feita quando o aluno de fato é atendido para o seu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico seguindo a capacidade e especificidade de cada um.

Portanto, pensar a Educação Especial é assimilá-la à Inclusão Escolar, pois uma depende da outra para existir ou se efetivar. Contemporaneamente muitos são os desafios identificados nos espaços escolares, embora estivessem por muito tempo presentes, a ótica enxergou-os somente agora e é preciso além de professores qualificados, uma reestruturação nas políticas públicas e na própria formação inicial dos professores para que tenhamos sempre uma qualificação condicente com a realidade.

3 A LIBRAS E A SALA DE AULA MONOLÍNGUE: por que o bilinguismo é necessário?

A cultura ouvintista ainda é muito vista como única, o que faz com que muitas pessoas ainda acreditem que a língua de sinais é somente gestos ou uma simples interpretação da língua oral, mas isso não é verdade, ela é uma língua natural e própria dos surdos, que utilizam da especificidade da natureza linguística através de seus métodos de comunicação e suas identidades culturais para realizarem sua comunicação.

Nesse sentido, Figueira, (2011, p 10) discorre que “[...] essas linguagem são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Estas línguas expressam ideias sutis, complexas e abstratas [...]”. A partir do exposto pelo autor, os usuários das línguas de sinais assim como os usuários da língua oral socializam em quaisquer áreas de conhecimento, pois a língua é completa e preenche todos os requisitos das línguas naturais.

Assim como toda a língua, a língua de sinais vai aumentando o seu vocabulário conforme a necessidade de comunicação, que por sua vez devem ser aceito pela

comunidade surda. Lembrando que as “culturas surdas” possuem as suas próprias especificidades, compreendendo uma diversidade que varia de região a região e são definidas língua por país. Por sua vez, a discussão para a inclusão da Libras como uma das disciplinas curriculares a cada dia vem ganhando mais espaço. No Brasil, foi em 2002, por meio da Lei de Nº. 10.436 (Brasil, 2002), regulada pelo decreto 5.626 de Dezembro de 2005 (Brasil, 2005), que a Libras foi reconhecida como a primeira língua dos surdos, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita a segunda língua.

Ao pensarmos na inclusão dos surdos nas salas de aulas, vários questionamentos são levantados, a saber: i) se esses alunos surdos de fato são inseridos, uma vez que a escola monolíngue utiliza a língua portuguesa como a primeira língua, e que o aluno surdo tem que se adaptar a escola e não a escola ao aluno surdo. Nessa acepção, ao pensar em uma escola que possa está atendendo de fato esses alunos, nada mais justo que uma escola bilíngue da qual a LBS fosse trabalhado como a sua primeira língua.

Para Figueira, (2011, p.31) discorre sobre a existência de dois tipos de Bilinguismo:

[...] O social diz respeito à necessidade de os surdos aprenderem a língua do país que vivem. [...] O individual esta relacionado ao livre arbítrio para aprender qualquer língua. [...] Quanto ao aprendizado da primeira língua e da segunda pelos surdos, as pessoas confundem muito porque acham que os surdos deveriam aprender a primeiro a língua do país, ou seja, a língua portuguesa, isso esta acontecendo até hoje. No Brasil, a primeira língua para os surdos é a Língua Brasileira de Sinais- Libras e a segunda e o português, ou seja, o Bilinguismo.

A partir do exposto pelo autor, o bilinguismo é de extrema importância para que os alunos surdos tenham possibilidades de serem incluídos nas salas de aula. No Brasil a professora Luciana Ferreira Brito foi a pioneira a defender o Bilinguismo, ela defende a ideia que a Libras seja a primeira língua dos surdos e que os professores atuantes em sala de aula sejam fluentes em Libras (LBS).

A escolarização do surdo nas escolas bilíngues para surdos “[...] pode apontar não para a segregação, mas para o preparo do surdo para ensino médio, ensino superior e mercado de trabalho, onde o convívio com os ouvintes é imprescindível [...]”

(NUNES et al,2015, p.542). Tal realidade descrita pelos autores ratifica a necessidade da escolar pensar seu trabalho pedagógico a fim de contemplar um espaço bilíngue, para que não seja preciso o aluno surdo buscar em outras realidades o eu ela (a escola) deveria ofertar.

Assim, a escola bilíngue só tem a contribuir com desenvolvimento dos alunos para alcançar não só o ensino superior, mas também o mercado de trabalho, pois sabemos que na maioria das vezes esses alunos não chegam a concluir sequer o ensino médio, segundo Botello (2010):

E necessário, então, que a dinâmica dentro da própria escola tenha um clima preparatório para outras fases de ensino que se dão de modo inclusivas [...] em caminhos que desmistifiquem a surdez e a Libras e considerem a possibilidade de não só apenas o surdo ter que aprender a língua portuguesa, como o ouvinte também se dispor a aprender Libras. (NUNES et al,2015, p.542).

Para os autores é importante que o corpo escolar também esteja prepara para receber esses alunos, não só os surdos devem aprender LBS, mas que também os ouvintes possam está aprendendo LBS e assim havendo uma integração entre surdos e ouvinte.

Portanto, pensar numa educação monolíngue na contemporaneidade é pensar numa educação segregatória, pois como já foi discutido anteriormente, a educação para surdos deve ser bilíngue porque as duas línguas estão em contato e a língua portuguesa é sua segunda língua, de expressão escrita, não podendo ratificar a posição monolíngue em detrimento da língua de sinais.

4 O LUGAR DO TRADUTOR-INTÉRPRETE NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: o que e como fazer para incluir?

A Libras tem entre seus profissionais a figura do tradutor-intérprete, que em poucas palavras é aquele que faz a mediação entre o professor e o aluno através do processo de interpretação da voz para o sinal (Voz-Sinal/Sinal-Voz). Esse profissional necessita, primordialmente, de uma grande multiplicidade de conhecimentos gerais, e,

necessariamente, precisa está sempre aprimorando seus conhecimentos, bem como se aperfeiçoando na área para além de ter uma qualificação específica esteja apto para exercer a profissão.

Considerando a importância do TILS para a disseminação da língua e na educação de surdos, é importante discorrer sobre o processo da tradução, pois ela é “[...] dotada de sensibilidade e o tradutor tem um papel de grande relevo devendo encontrar as melhores formas de ser compreendido, sem descaracterizar o teor original [...]” (TIVEROLI, 2014, p. 52). A partir do exposto, notamos a importância de uma tradução- interpretação coerente com sua finalidade, pois é a partir dela que o aluno surdo terá acesso ao mundo.

Nesse sentido, o profissional precisa ser qualificado para que possa realizar tanto o processo de tradução (língua portuguesa-Libras), quanto o processo de interpretação, de modo conciso, claro ao(s) aluno(s). No tocante a essa finalidade, Quadros (2004, p. 27) discorre sobre o ato da interpretação em LS:

O que envolve o ato de Interpretar? Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) [...] Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. (QUADROS, 2004, p.27).

A partir do exposto pela autora, o ato de interpretar requer muita atenção, pois é necessário que escolha a melhor forma de transmitir os conteúdos, afinal estão envolvidas duas ou mais línguas, sendo que cada uma tem suas regras e estruturas. Assim, espera-se do tradutor que traduza de modo claro da língua oral para a língua de sinais ou vice versa, considerando os fatores de coesão e coerência durante a tradução e interpretação. Vale destacar que as aulas de Língua Portuguesa têm suas inúmeras divisões, da literatura à gramática. Além de considerar que o intérprete esteja envolvido socialmente e culturalmente.

O intérprete tem inúmeras funções na escola, e ao exercer suas funções na escola acaba, muitas vezes, sendo sobrecarregado e tendo outras funções que não estão dentro de suas obrigações, que ocasiona, conseqüentemente, várias situações ou problemas dentro da sala de aula. A partir dessa situação:

Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula. O intérprete, por sua vez, se assume todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. (QUADROS, 2004, p. 60).

A partir do exposto, o envolvimento do profissional em sala de aula é, muitas vezes, confundido com o papel do professor, e os alunos sabendo que o professor não compreende suas perguntas, comentários, discussões e dúvidas, questionam diretamente para o TILS, então a função de professor está sendo delegada a outro e o professor deixa nas mãos desse profissional a explicação dos conteúdos, sendo que a responsabilidade é dele (professor) explicar os conteúdos e o intérprete apenas fazer a mediação através da Libras.

Nesta acepção, é necessário que haja uma boa relação profissional entre o professor e o intérprete, que ambos respeitem e se preocupem com o aluno, visto que o interesse de ambas as partes é a aprendizagem qualitativa desse sujeito. Assim, a relação professor e intérprete deve ser pautada na cooperação, na reciprocidade, necessitando, inclusive, de um planejamento colaborativo, pois:

Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a

garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. (QUADROS, 2004, p.62).

Considerando a assertiva da autora, os profissionais dentro da sala de aula precisam delimitar tempo para que o(s) aluno(s), surdos possam acompanhar todas as atividades que forem repassadas a todos, além de garantirem que façam as atividades escritas, é necessário que esse aluno, participe de forma oral, que interaja com os demais da sala, nas discussões dos conteúdos, como por meio de perguntas e respostas. Eles precisam se sentir seguros para comentar, se expressar, compartilhar suas ideias, e o que está aprendendo na aula.

Portanto, para que haja uma um ensino de qualidade é preciso que o professor exerça seu papel com responsabilidade, que se aproprie dos conteúdos e o repasse de modo claro, conciso, coerente e sucinto. É dele a função de ensinar. Já o intérprete é o intermediário que possibilita a relação entre o professor e o aluno, este escolhe a melhor forma de repassar os conteúdos em que o professor está ministrando. É dele a função de traduzir e interpretar.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados foram aplicados questionários estruturados, tendo como *locus* de investigação a escola municipal Instituto Educacional Cônego Nestor de Carvalho Cunha, situada na cidade de São Bernardo, estado do Maranhão, e *corpus* de análise os tradutores-intérpretes atuantes na referida escola. A partir dos questionários contendo cinco questões, das quais foram aplicados aos TILS participantes, possibilitando adquirir as informações desejadas para obtenção dos resultados da pesquisa. Considerando todo o *locus* investigativo, tivemos um total de três (3) participaram na pesquisa, totalizando 100% de participação. Para a organização do trabalho os professores participantes foram categorizados por: TILS1, TILS2 e TILS3.

Segue abaixo as tabelas com suas respectivas respostas.

A primeira questão buscou-se destacar um problema e uma potencialidade vivenciada pelo TILS em sala de aula.

1 - Considerando o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na sala de aula regular, destaque um problema e uma potencialidade vivenciada por você no processo de tradução- interpretação de Libras.	
TILS	Citação
TILS1	“Um dos principais problemas encontrados é a falta de conhecimento de muitos professores sobre a função do Interpretador deve dar total atenção ao aluno surdo. Já uma das potencialidades é a compreensão dos sinais utilizados de forma clara, sabendo que houve uma comunicação clara aos alunos surdos.”
TILS2	“Um dos problemas no processo de tradução- interpretação de Libras é a não contribuição por parte da maioria dos professores da escola no que diz respeito tanto à adaptação das atividades escritas para os alunos surdos (priorizando a inclusão de ilustrações bem como de gráficos e questões de múltipla escolha em lugar das subjetivas, por exemplo) Por outro lado, uma potencialidade, sem dúvida, é aquela possibilitada pelo próprio contato com o aluno surdo. A experiência direta com quem vivencia a Libras como primeira língua, a oportunidade de observar as construções linguísticas, as associações significante-significado que o Surdo faz à sua maneira, a sua relação com a língua de sinais e com a língua portuguesa, ao passo que também aprendo mais sobre a Cultura Surda.
TILS3	O maior problema que encontrei foi o fato da surda não ser totalmente alfabetizada em sinais, dificultando o entendimento dos assuntos apresentados e uma potencialidade específica dela foi as aulas que apresentam textos e interpretações, ela gostava e assimilava bem o conteúdo.

Tab.1- Descrição dos problemas e das potencialidades vivenciadas pelos TILS em sala de aula.

A partir das descrições, percebemos que um dos principais problemas é falta de preparação dos professores que atuam em sala de aulas “regulares”, que, na maioria das

vezes, não sabem como trabalhar determinados conteúdos curriculares de forma que favoreça todos os alunos, uma vez que a sala de aula não tem só alunos ouvintes, mas alunos surdos, e a falta de atenção sobre a alfabetização dos alunos surdos em Libras dificulta o entendimento durante a interpretação das aulas.

No tocante às potencialidades vivenciadas pelos TILS é o contato com os alunos surdos e o desenvolvimento desses no decorrer do tempo com a Língua Brasileira de Sinais (LBS). Quadros (2004) discorre sobre a importância do bilinguismo na sala de aula e do professor ter uma formação específica para atender os alunos surdos, tanto no ponto de vista linguístico quanto pedagógico.

Para a segunda questão buscou-se identificar qual seria a maior dificuldade dos alunos surdos dentro da sala de aula.

2- Qual a maior dificuldade que o aluno surdo vivencia na sala de aula?	
TILS	Citação
TILS1	“Uma das maiores dificuldades é a falta de recursos visuais em muitas disciplinas, para que haja uma melhor compreensão dos conteúdos repassados”.
TILS2	“Uma das maiores dificuldades é a falta de recursos visuais em muitas disciplinas, para que haja uma melhor compreensão dos conteúdos repassados”.
TILS3	“Por mais que tenham os intérpretes, os conteúdos não são adaptados em língua de sinais, também as provas e atividades”.

Tab. 2- Descrição das dificuldades enfrentadas pelos alunos em sala de aula.

As análises demonstraram o caráter unânime sobre a alegação de que a maior dificuldade que os alunos enfrentam é a falta de recursos visuais, que se utilizados facilitaria no processo de ensino e aprendizagem, bem como uma compreensão mais ampla dos conteúdos trabalhados. Destacando, ainda, a falta de adaptação dos conteúdos

para a Libras. Segundo Quadros (1997) em *Educação de surdos: aquisição da linguagem*, afirma que para que o processo de ensino e aprendizagem de surdos aconteça é necessário mecanismos específicos, tais como o trabalho com a semiótica, ou seja, com a natureza imagética de expressão do mundo e das coisas.

A terceira questão buscou-se identificar a necessidade do Bilinguismo nas escolas como uma forma de incluir de fato o aluno surdo.

3- Por que o Bilinguismo é necessário?	
TILS	Citação
TILS1	“O bilinguismo é importante por que o surdo vai adquirir a Língua de Sinais, sendo a língua natural dos surdos, e também o alunos surdo adquirir a língua oral dos seus país, facilitando a comunicação entre surdos e ouvintes”.
TILS2	“Primeiro porque a língua materna dos alunos surdos é a língua de sinais, portanto, é sinal de respeito à sua identidade e individualidade. Segundo porque o Bilinguismo é pré-requisito mínimo para que haja uma inclusão efetiva desse aluno surdo”.
TILS3	“O bilinguismo seria uma ponte de informações comunicação, cultura e seria a forma de termos uma inclusão mais completa e menos discriminação. No último ano percebi muitos alunos curiosos de aprender a língua de sinais a fim de ter uma comunicação melhor com os surdos”.

Tab. 2- Descrição da necessidade do Bilinguismo

Quando questionados sobre o porquê do Bilinguismo ser necessário, para que de fato a inclusão dos alunos surdos aconteça nas escolas, os TILS relataram que “O bilinguismo seria uma ponte de informações comunicação [...], e seria a forma de termos uma inclusão mais completa e menos discriminação” (TILS 3), levando em consideração que a LBS é a língua materna dos surdos e nada mais justo do que os alunos surdo serem alfabetizado como a primeira língua a LBS e segunda a língua portuguesa. Nesse sentido, segundo Salerno (2011, p. 32) é necessário implementar o bilinguismo porque é somente a partir dessa prática que teremos uma escola inclusiva e

coerente com a finalidade de assistir todos os alunos independentemente de suas especificidades.

A quarta questão é acerca do papel do TILS nas aulas de língua portuguesa.

4- Qual o papel do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) nas aulas de Língua Portuguesa considerando que a língua materna do surdo é a Libras?	
TILS	Citação
TILS1	“O papel do Interpretre de Libras é ser o canal comunicativo entre o aluno surdo e o professor. O contato com os alunos surdos não poderá ser maior que o professor. Nas aulas de português o interprete deve ter estratégia para transferir os conteúdos de forma clara, visibilizando a participação do aluno”.
TILS2	“A função que exercemos nas aulas de LP é a mesma que em quaisquer outras disciplinas: o tradutor-intérprete de Libras, na área da Educação, traduz e interpreta textos orais e escritos da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa” (...)
TILS3	“Na minha opinião ajuda o surdo a ter mais facilidade no dia a dia já que ao nosso redor vivemos num país que tem como primeiro idioma a língua portuguesa. Dá uma certa independência e autonomia a eles. Assim temos o importante papel de transmitir o máximo que possamos a eles e ajudá-los a compreender esse idioma e cultura”.

Tab. 4- Descrição do papel do Intérprete de Libras em sala de aula.

Considerando as exposições, ao serem questionados sobre seus papéis nas aulas de Língua Portuguesa, os profissionais afirmam que o papel do é ser o canal comunicativo entre o aluno surdo e o professor regente da sala de aula, e que a função é a mesma nas aulas de Língua Portuguesa (LP) mesmo que a língua materna seja a Libras não há nenhuma dificuldade para repassar os conteúdos. A partir dessa assertiva, Quadros (2004) afirma que para uma comunicação efetiva é preciso que todos dominem a língua de sinais.

Já a quinta e última questão objetivou investigar o que seria necessário para que de fato a inclusão dos alunos surdos se efetive?

5- O que seria necessário para que a inclusão do surdo realmente se efetive?	
TILS	Citação
TILS1	<p>“É necessário que a escola esteja preparada para atender os alunos surdos, no qual o surdo posso se relacionar com todos que compõe a escola. Também os professores devem dar a mesma atenção aos alunos ouvintes, não excluindo ele, e tratando como um ser inferior que não consegue aprender, os professores precisam aprender a se comunicar de forma ampla com os alunos surdos através da Língua Brasileira de Sinais, caso isso não aconteça ele deve recorrer aos</p> <p>Intérprete, mas olhando sendo pro aluno surdo”.</p>
TILS2	<p>“Muitos entendem que a inclusão escolar é uma via de mão única, cuja responsabilidade é inteiramente da escola, e isso é um equívoco. Para que a inclusão, que nesse caso é a do surdo, aconteça efetivamente, é necessário um esforço de ambas as partes – escola e aluno surdo –, porque ambos precisam se adaptar. A escola, operacionalizando recursos para garantir a acessibilidade do</p> <p>aluno surdo ao conhecimento científico e a valorização das suas potencialidades.</p> <p>E o aluno surdo, dispondo-se a ser um sujeito ativo tanto na (sua) Cultura Surda como na Cultura Ouvinte, da qual ele também pode e deve fazer parte”.</p>
TILS3	<p>“Incluir a LIBRAS como uma disciplina nas escolas seria muito bom, assim como ensinar sobre a cultura surda e seus pormenores, ter o material didático usado nas escolas totalmente traduzidos em LIBRAS. Isso já seria um bom começo”.</p>

Tab. 5- Descrição do que é necessário para a inserção de fato dos alunos em sala de aula.

Assim, ao se tratar da inclusão dos alunos em sala de aula foi possível identificar, a partir da fala dos investigados, que as escolas devem se adequar a esses alunos em todos os sentidos, tanto no espaço físico, pedagógico e todo o corpo escolar, quanto à necessidade de formação a professores e demais membros da comunidade para que a língua se efetive em todos os lugares e a partir de todos os envolvidos, mas vale

ressaltar que só um TILS relatou a Inclusão da LBS deveria ser incluída no currículo escolar para que todos não só os alunos surdos mais alunos ouvintes pudessem aprender a Libras e assim todos pudessem se comunicar, esse seria um dos passos para a tão sonhada inclusão.

Portanto, a partir das relações entre as discussões teóricas e os resultados da pesquisa aplicada, percebemos que as reações na escola são indiferentes a partir de quem fala, ou seja, cada TILS tem uma opinião diferente, que coagulam para o mesmo sentido – a necessidade de disseminação da Libras a todos os envolvidos no processo, bem como a necessidade do professor também ser proficiente na língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados por quem atua diretamente com a Libras são evidenciados todos os dias pelos TILS, principalmente quando se depararam com alunos analfabetos em Libras. Considerando os contextos e os alunos nessa situação, o trabalho desse profissional é cada vez mais delicado e cheio de responsabilidades, pois, via de regra, o professor regente transfere todas as responsabilidades para o TILS, transferência essa que não pode acontecer, pois seria uma compreensão errônea das funções desse profissional no contexto escolar.

A necessidade do bilinguismo é realidade em todas as escolas que não trabalham partindo dessa proposta, pois não é possível propiciar um espaço de aprendizagens aos surdos senão partindo de ações bilíngues. Nessa acepção, faz-se menção à legislação de Atendimento Educacional Especializado – AEE no tocante à assistência ao aluno surdo, bem como as respectivas leis e decretos da Libras (lei 10.436/2002 e decreto 5.626/2005, respectivamente), que objetivam em suas essências a disseminação da língua e um universo cada vez mais inclusivo.

Portanto, intentamos com a referida pesquisa evidenciar os desafios e possibilidades dos TILS no contexto de atuação escolar a fim de compreender as



especificidades desse trabalho, bem como contribuir para a inclusão cada vez mais significativa de alunos surdos, identificando que é a partir do bilinguismo que teremos uma escola mais inclusiva, e que os professores precisam sim buscar formações para interagirem com os surdos através de sua língua materna, em nossa caso, da Libras, além de pontuar que o trabalho assistivo é a cada mais potencializado quando planejado de forma colaborativa entre professor e tradutor-intérprete, tendo como protagonista do processo o aluno surdo.

REFERÊNCIAS

BOTELHO.P. **Linguagem e Letramento na Educação dos Surdos: Ideologia e Práticas Pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

BRASIL, **Lei 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências.

_____. **Decreto 5.626/2005**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005

_____. **Decreto de Lei n. 5.626/2005**. Brasília, DF: Senado Federal, 2005

_____. **Lei 10.436/2002**. Brasília, DF: Senado Federal, 2002

FIGUEIRA, A.S. **Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS**. São Paulo:Phorte,2011.

BRANDÃO.C.F. LDB. **Passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo/ Carlos da Fonseca Brandão.- 4.ed.rev.e ampliada. São Paulo: Avercamp,2010.

MANTOAN. M.T.E. **Inclusão escola: o que é? por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, S. S. *et al.* **Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?** 2015.

HORT, A.P.F e HORT.I.C. **Educação especial e inclusão escola**. In. Centro Universitário Leonardo Da Vinci.- Inadaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC, SEESP, 2004.

_____. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 10 • Número 28 • Jul 2019

SALERNO, Myrna. **O bilinguismo na Educação de Surdos**. In. FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de Apoio para o aprendizado de Libras. São Paulo: Phorte, 2011.

TIVEROLI, Tâmisia Domeneghini. **O papel do tradutor/intérprete de Libras nas aulas de Língua Portuguesa**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês- Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2014.

Recebido Para Publicação em 09 de outubro de 2019.

Aprovado Para Publicação em 30 de dezembro de 2019.